PUB



Pescas: Estudo recomenda descentralização do poder e do processo de tomada de decisão

O "Estudo sobre governança no sector das pescas em Cabo Verde", realizado pela Biosfera 1, exorta as autoridades a descentralizar o poder e o processo de tomada de decisões, dando maior relevo às associações e autoridades locais.



O estudo, que se enquadra no projecto Iniciativa Pesca Costeira (IPC), implementado pela FAO, em parceria com Direcção Geral dos Recursos Marinhos e Aquacultura (DGRMA) e pela organização ambiental Biosferal, foi apresentado hoje no encerramento da I Semana de Pesca Artesanal, realizado no Mindelo.

Conforme o responsável da coordenação da parte da Biosfera 1, Délvis Fortes, o relatório faz uma análise do sector, desde independência até os dias de hoje, e como recomendação aponta para a descentralização de poder e do processo de tomada de decisão, do governo central para as autoridades locais, "atribuindo maior papel às associações de pesca, afim de permitir uma co-gestão e partilha das responsabilidades".

Tudo para que, segundo a mesma fonte, se possa fazer uma "adaptação aos novos tempos".

"Foi um sistema que funcionou em bem ao longo dos tempos, mas é preciso mudar em função do sector e do fortalecimento das comunidades, que reclamam um maior papel no sistema de gestão", sublinhou.

Por outro lado, o estudo propõe que seja realizada uma fase piloto na ilha do Maio, onde, conforme o biólogo marinho, "está reunida a maior parte das condições, em termos de fortalecimento das associações e do trabalho conjunto de núcleo base, que funciona para a tomada de decisões a nível local".

"Recomenda-se a materialização da funcionalidade deste grupo em termos de gestão e que tem actuado basicamente na fiscalização com representação da sociedade civil, das associações, das autoridades a nível local", explicou Délvis Fortes, para quem falta somente a concertação com o Governo central para a sua formalização.

Ademais, segundo a mesma fonte, deverá ser esse núcleo criado a nível local a definir as responsabilidades a serem assumidas pelas diferentes partes.

Entretanto, Délvis Fortes considera ser um "caminho longo", do qual já foi dado alguns passos, mas, que para avançar agora requer uma "forte capacitação" das associações de pesca em termos de ferramentas de gestão.

O biólogo está consciente que a palavra final deverá ser do Governo, mas, como disse, a Biosfera está esperançosa pelos contactos feitos e que o executivo vai na mesma linha de pensamento até porque um outro estudo feito anteriormente aponta para as mesmas sugestões.

O estudo de então foi conduzido pelo consultor Paulino Monteiro, e, além das recomendações iniciais, deverá abarcar as sugestões das diferentes entidades que participaram da I Semana de Pesca Artesanal.

Coordenado pela DGRMA e executado pelo FAO e financiado pelo Global Environment Facility (GEF, sigla em inglês), o projecto IPC engloba países como Cabo Verde, Senegal e Costa do Marfim, sendo que no País a primeira fase incidiu sobre São Vicente e Maio, como sítios-piloto.

O relatório final, deverá estar pronto ainda antes do mês de Junho, altura que finda o protocolo entre Biosfera I e FAO, está última que como executante deverá remeter o documento às autoridades nacionais.

Quanto a I Semana d Pesca Artesanal, que decorreu de segunda-feira, 28, até hoje, Délvis Fortes faz um balanço "muito positivo" tendo em conta a troca de experiências para "valorizar, ainda mais", a pesca mais tradicional.